



SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**.
Coimbra: Almedina, 2020. ISBN: 978-972-40-8496-1

Everaldo dos Santos Mendes*

Nos últimos dias, a humanidade viu desabrochar sobre os campos de pandemia — coronavírus [COVID-19] — um escrito inédito do intelectual português Boaventura de Sousa Santos: **A cruel pedagogia do vírus** [2020].

Boaventura de Sousa Santos é um sociólogo contemporâneo — catedrático em Sociologia do Direito da Universidade de Yale, catedrático jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, *distinguished legal scholar* da Universidade de Wisconsin-Madison e Diretor emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e coordenador científico do Observatório Permanente da Justiça —, com livros publicados em língua e cultura portuguesa, inglesa, italiana, espanhola, alemã, francesa e chinesa. Pela excelência da reflexão crítica da práxis histórica, optei por debruçar-me — numa perspectiva de urgência e cuidado [*cura*] — sobre a obra supracitada, o que veio a culminar na produção de um resenha [crítica].

No capítulo 1 — **Vírus**: tudo que é sólido se desfaz no ar —, o autor, partindo da questão atual do debate enfrentado nas ciências sociais sobre se a verdade e a qualidade das instituições de uma dada sociedade se conhecem melhor em situações de normalidade — situações de funcionamento corrente — ou em

Resenha recebida em 23 de abril de 2020 e aprovada em 29 de julho de 2020.

* Doutor em Teologia pela PUC-Rio. País de origem: Brasil. E-mail: ies.istein@gmail.com

situações excepcionais, de crise, indaga que potenciais conhecimentos decorrem da pandemia do coronavírus. Na década de 1980, instalou-se no mundo um permanente estado de crise, à medida que o neoliberalismo se impôs como a versão dominante do capitalismo, sujeitando-se à lógica do setor financeiro. Não obstante, a ideia de “crise permanente” é um oxímoro, pois a “crise” — etimologicamente — é excepcional e passageira; constitui a oportunidade de superação, vindo a dar origem a um estado de coisas.

Não nos deixemos enganar: indubitavelmente, o fim ao qual a “crise permanente” tende é não ser resolvida, pois objetiva legitimar a escandalosa concentração de riquezas e boicotar medidas eficazes para impedir a iminente catástrofe ecológica. É sabido que nos nossos últimos dolorosos dias, a pandemia — COVID-19 — vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita, de modo especial, os indesejados [desaventurados].

Historicamente, os modos dominantes de vida — trabalho, consumo, lazer e convivência — e de antecipar o fenômeno da morte são relativamente rígidos e parecem decorrer de regras escritas na “pedra da natureza humana”. De fato, a interrupção de uma pandemia exige mudanças drásticas. Etimologicamente, a palavra “pandemia” quer dizer: todo o povo. No caso concreto, a tragédia é que a melhor maneira de sermos solidários — empatizarmos — uns com os outros é isolarmo-nos uns dos outros — e não nos tocarmos. No século XXI, os fins não mais justificam os meios. No Estados Unidos da América — EUA [primeira economia do mundo], registrou-se pela primeira vez uma diminuição da poluição atmosférica, o que pode revelar que o único modo de evitar a cada vez mais iminente catástrofe ecológica é por via da destruição maciça da vida humana.

Para controlar eficazmente a pandemia, a China [segunda economia do mundo], acionou métodos de repressão e de vigilância rigorosos. Evidentemente, as medidas chinesas foram eficazes. Não obstante, a China — por muitos méritos que tenha — não tem o de ser um Estado democrático. No limiar do século XXI, as

democracias estão cada vez mais vulneráveis às *fake News*, o que exige do ser humano de hoje imaginar soluções democráticas assentes na democracia participativa em nível de bairros e comunidades e na educação para a comunidade, orientada para a solidariedade e cooperação — e não para práticas de empreendedorismo e competitividade a todo custo.

Inicialmente, o modo como foi construída a narrativa do COVID-19 nos *media* ocidentais revelou o desejo de demonizar a China, acusando-a de más condições higiênicas nos seus mercados e estranhos hábitos alimentares. Para a Organização Mundial de Saúde — OMS, a origem do vírus permanece indeterminada. Honestamente, não se pode falar de um “vírus estrangeiro” ou “vírus chinês”, como — irresponsavelmente — têm propagado os meios oficiais do EUA. Para lá do coronavírus, existe uma guerra comercial — sem quartel — entre a China e o EUA, que terminará com um vencedor e um vencido. Nas suas práticas, o EUA dedica-se à neutralização da China em quatro áreas: o fabrico de telemóveis, as telecomunicações de quinta geração [inteligência artificial], os automóveis elétricos e as energias renováveis. No seio do mundo, uma pandemia desta dimensão provoca comoção diante da vida política de indivíduos em circunstâncias concretas dos Estados, com direitos humanos negados. É como diz Boaventura de Sousa Santos: “Talvez baste abrir a janela”.

No capítulo 2 — **A trágica transparência do vírus** —, a política, de quem se espera uma mediação entre a ideologia e as necessidades e aspirações dos cidadãos, demitiu-se dessa função. Na opinião do sociólogo português contemporâneo, o tempo dos “intelectuais de vanguarda” acabou. Hoje, os intelectuais devem aceitar-se como “intelectuais de retaguarda”, atentos às necessidades e aspirações dos cidadãos comuns — dito em linguagem latino-americana: “*la gente de a pie*” — e saber partir delas para teorizar. De outro modo, os cidadãos estarão indefesos perante os únicos que sabem falar a sua linguagem e entender as suas inquietações. Na existência do Estado brasileiro, identifiquei,

pois, que estes são os pastores neopentecostais conservadores, apologistas da dominação capitalista, colonialista e patriarcal.

No capítulo 3 — **A sul da quarentena** —, deparei-me com uma análise profunda dos grupos que têm em comum padecerem de uma especial vulnerabilidade que precede a quarentena e agrava-se com ela. Tais grupos compõem aquilo que o autor chama de “Sul”: um espaço-tempo político, social e cultural — e não um espaço geográfico. Trata-se uma metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, discriminação racial e sexual. Por este caminho, propõe-se o autor analisar a quarentena a partir da perspectiva de seres humanos concretos, que mais têm sofrido com estas formas de dominação e imaginar as mudanças sociais que se impõem pós-quarentena: as mulheres [“as cuidadoras do mundo”]; os trabalhadores precários, informais, ditos autônomos [na América Latina, cerca de 50% dos trabalhadores]; os trabalhadores de rua ou vendedores ambulantes [camelôs]; os sem-abrigo ou populações de rua [no EUA, *tunnel people*]; os moradores nas periferias pobres das cidades, favelas, barriadas, *slums*, caniço etc. [25% da população mundial]; os internados em campos de internamento para refugiados, imigrantes indocumentados ou populações deslocadas internamente [70 milhões, conforme os dados da Organização das Nações Unidas — ONU]; os deficientes; os idosos; os presos; as pessoas com problemas de saúde mental.

Existencialmente — de modo contrário do que é veiculado pelos *media* e pelas organizações internacionais —, a quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento — imerecido — da pessoa humana que elas provocam na contemporaneidade.

No capítulo 4 — **A intensa pedagogia do vírus**: as primeiras lições —, a pandemia do coronavírus é tida como uma manifestação entre muitas do modelo de sociedade que se começou a impor globalmente a partir do século XVII e que está chegando à sua etapa final. Nos dias de hoje, este é o modelo — de exploração

sem limites dos recursos naturais — que conduz a humanidade a uma situação de catástrofe ecológica. Tal exploração viola — fatalmente — o lugar da humanidade no planeta Terra. Esta violação traduz-se na morte de inúmeros seres vivos da “Mãe Terra” — nossa “casa comum”, como defendem os povos nativos [indígenas] e camponeses do mundo todo, secundados pelos movimentos ecologistas e pela teologia ecológica. Para garantir a sua vida, o planeta reage — naturalmente — com pandemias, tal como as manifestações da crise ecológica. Trata-se, portanto, de autodefesa da Natureza. No cenário da vida planetária, a vida humana revela-se uma ínfima parte [0,01%] a defender.

Neste momento de crise humanitária global, a versão altamente vigente do capitalismo — o neoliberalismo combinado com o domínio do capital financeiro — mostra-se social e politicamente desacreditada em face da tragédia a que conduziu a sociedade global, com consequências evidentes. Por opção ideológica, procedeu-se a demonização dos serviços públicos [o Estado predador, corrupto], a degradação das políticas sociais ditadas pelas políticas de austeridade sob o pretexto da crise financeira do Estado, a privatização dos serviços públicos e o subfinanciamento dos que restaram por não interessarem ao capital. No século XXI, os Estados carecem de capacidade efetiva para responderem eficazmente à crise humanitária que se abateu sob o mundo contemporâneo. Por todo o mundo, cresce a extrema-direita, associando-se a versões altamente politizadas e conservadoras da religião: o evangelismo neopentecostal [América Latina], o catolicismo reacionário [Europa], o hinduísmo político [Índia], o budismo radical [Myanmar], o islamismo radical [Médio Oriente].

Na atual crise humanitária que mergulhamos, os governos de extrema-direita ou de direita neoliberal esquivaram-se da luta contra o COVID-19. Insistem — irresponsavelmente — no argumento falacioso de “salvar a economia”, como se a economia pudesse prosperar sobre as pilhas de cadáveres: EUA, Inglaterra, Brasil, Índia, Tailândia e Filipinas. Perante um surto pandêmico, os corpos racializados e sexualizados são sempre os mais vulneráveis. Na verdade, em situações de

emergência as políticas de prevenção ou de contenção — essencialmente seletivas — nunca são aplicadas universalmente. Partindo do darwinismo social, propõem-se garantir a sobrevivência dos corpos socialmente mais valorizados, os mais adeptos e os mais necessários para a economia: sacrificam-se os idosos, os desafortunados, sob o argumento desumano [ilógico] de salvar vidas úteis para a economia do Estado.

No projeto da modernidade, os três princípios de regulação das sociedades são o Estado, o mercado e a comunidade. Nos últimos quarenta anos, priorizou-se — absolutamente — o princípio do mercado em detrimento do Estado e da comunidade. Na vida política, o Estado e a comunidade passaram a ser geridos e avaliados pela lógica do mercado e por critérios de rentabilidade do “capital social”. No século XXI, revela-se notório que as pandemias mostram — cruelmente — como o capitalismo neoliberal incapacitou o Estado para responder às emergências.

No capítulo 5 — **O futuro pode começar hoje** —, percebi-me convicto de que só uma nova articulação entre os processos políticos e civilizatórios poderá possibilitar ao homem contemporâneo pensar numa sociedade na qual a humanidade assumira uma posição mais humilde no planeta que habita. No percurso textual, deparei-me com duas ideias fundamentais: existe muito mais vida no planeta do que a vida humana [0,01% da vida existente no planeta]; a defesa da vida no planeta é *conditio sine qua non* para a continuidade da vida dos seres humanos. Não obstante, se a vida humana insistir em pôr em causa e a destruir todas as outras vidas que compõem o planeta Terra, essas outras vidas defender-se-ão da agressão causada pela vida humana de modos cada vez mais letais. De fato, a quarentena provocada pela pandemia é uma quarentena dentro de outra quarentena. Nos nossos dolorosos dias, superaremos a quarentena do capitalismo quando formos capazes de experienciar o planeta como a nossa casa comum e a Natureza como a nossa mãe originária a quem devemos amor e respeito.

Na esperança de vir a abraçar um novo ser humano, **A cruel pedagogia do vírus** [2020] deixa-se ser lida como um conto, por todo terráqueo — *in statu viae* — que, indagando-se a si mesmo, descobre-se um *eu* consciente e livre e abre-se — empaticamente — a um *tu* no seio do mundo. *Nossa* luta é ecopedagógica, ultrapassa as fronteiras impostas pelo capitalismo do EUA e pelo comunismo da China: põe-se a denunciar as atrocidades cometidas pelo Estado na contemporaneidade e anuncia a vida em abundância para todos os seres viventes no planeta Terra.